



+

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTERMEDIÁRIAS

1 ° TRIMESTRE DE 2022

Rio de Janeiro

31 de março 2022.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTERMEDIÁRIAS

3 ° TRIMESTRE DE 2023

Rio de Janeiro

30 de setembro 2023













**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

**DE 30 DE SETEMBRO DE 2023**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)*

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

* Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
* Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
* Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
* Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O atual Estatuto Social da EPE foi aprovado na 15ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2023.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA n° 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

De acordo com o art. 6º, § 2º, inciso I, do Estatuto Social da EPE c/c art. 8º, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, a EPE deve, por dever de transparência, evidenciar nas demonstrações financeiras as obrigações ou responsabilidade assumidas em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. No entanto, em relação à EPE, é digno de registro que a justificativa que embasou sua criação está relacionada ao resgate da função estatal de planejamento do setor de energia. Para tanto, concebeu-se uma empresa cuja finalidade seria desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar “a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional” (parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/2004).

A razão de existir da EPE está intrinsicamente relacionada às políticas públicas do setor de energia, das quais não pode necessariamente se afastar, sob pena de desvio do interesse público que justificou sua criação. Logo, em razão desta íntima relação com as políticas públicas do setor de energia, com a qual não concorre com qualquer outra empresa, é natural que o desempenho da atividade empresarial da EPE seja impactado, visto que orientado ao objetivo de subsidiar com estudos e pesquisas o Ministério de Minas e Energia no âmbito da política energética nacional. A atividade empresarial da EPE não é exercida em prol da maximização do retorno do investimento do acionista, que é a finalidade precípua das empresas privadas, mas sim pela eficiente realização das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei e pelo Ministério de Minas e Energia. Em razão deste condicionamento das atividades empresariais, a EPE recebe da União os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

**1.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A Dotação Orçamentária da EPE totalizou no final de setembro o valor de R$ 150,1 milhões. Esse montante é suficiente para que a empresa arque com todas as suas despesas discricionárias e obrigatórias não havendo Limitação de Empenho e Pagamento inferiores à necessidade.

1. **BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**
2. **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1. **Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da EPE é o real brasileiro (R$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

1. **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), exige que a Companhia utilize julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, das receitas e despesas e divulgações. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

1. **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

1. **Data de aprovação das demonstrações financeiras intermediárias**

Aprovada pela direção executiva em 14 de novembro de 2023 e sua divulgação autorizada pelo conselho de administração.

1. **RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da EPE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme evidenciada nas referidas demonstrações financeiras e devem ser analisadas em conjunto.

Até o momento, não há mudanças nas normas e emendas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC com vigor a partir do exercício 2023, que possam impactar as demonstrações da companhia.

1. **INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, o que normalmente coincide com seu valor de aquisição, mais os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ativos Financeiros**  | **30/09/2023** |  | **31/12/2022** |
| **Custo amortizado** |  |  |
| Caixa e equivalente de caixa |  38.118  |  |  30.622  |
|  | **38.118**  |  |  **30.622**  |
|  |  |  |  |
| **Passivos Financeiros**  |  |  |  |
| **Custo amortizado** |  |  |  |
| Fornecedores  | 805  |  |  305  |
|  |  **805**  |  |  **305**  |

Caixa e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O custo histórico reflete o valor justo de mensuração.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Empresa adota a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

1. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas do Tesouro Nacional (a) e por fontes de origem próprias (b), destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início do mês seguinte, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  |  **30/09/2023** | **31/12/2022** |
| A - Recursos do Tesouro Nacional (Conta Limite de Saque) |  | 8.744 | 4.082 |
| B - Recursos Próprios |  | 29.374 | 26.540 |
| **Total** |  | **38.118** | **30.622** |

1. **TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS**

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **30/09/2023** | **31/12/2022** |
| COFINS a Recuperar |  | 2 | 1 |
| IRPJ Estimativa 2023 |  | 341 | - |
| CSLL Estimativa 2023 |  | 81 | - |
| IRPJ Estimativa 2022 |  | 732 | 668 |
| CSLL Estimativa 2022 |  | 293 | 268 |
| IRPJ Estimativa 2021 |  | 329 | 304 |
| CSLL Estimativa 2021 |  | 126 | 116 |
| IR a compensar – pagamento a maior |  | 23 | 21 |
| CSLL a compensar – pagamento a maior |  | 149 | 138 |
| Antecipação de IRRF - 0561 |  | - | 161 |
| COSIRF |  | 2 | 2 |
| IRRF a restituir |  | 3 | - |
| IRRF a compensar |  | 888 | 6 |
| ISS a restituir |  | 5 | 5 |
| **Total** |  | **2.974** | **1.690** |

Foram reclassificados os créditos referentes a IR e Contribuição Social a compensar sobre pagamento indevido, o ISS a restituir para o longo prazo por não existir previsão no curto prazo para utilização dos referidos créditos:

Curto Prazo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **30/09/2023** | **31/12/2022** |
| COFINS a recuperar |  | 2 | 1 |
| Antecipação de IRRF – 0561 |  | - | 161 |
| IRPJ Estimativa 2023 |  | 341 | - |
| CSLL Estimativa 2023 |  | 81 | - |
| IRPJ Estimativa 2022 |  | 732 | 668 |
| CSLL Estimativa 2022 |  | 293 | 268 |
| IRRF a restituir |  | 3 | - |
| IRPJ Estimativa 2021 |  | 329 | 304 |
| CSLL Estimativa 2021 |  | 126 | 116 |
| COSIRF a restituir |  | 2 | 2 |
| IRRF a compensar |  | 888 | 6 |
| **Total** |  | **2.797** | **1.526** |

Longo Prazo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **30/09/2023** | **31/12/2022** |
| IR a compensar – pagamento a maior |  | 23 | 21 |
| Contribuição social a compensar – pagamento a maior |  | 149 | 138 |
| ISS a restituir |  | 5 | 5 |
| **Total** |  | **177** | **164** |

1. **ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **30/09/2023** | **31/12/2022** |
| Adiantamento para órgãos federais  |  | 27 | - |
| Adiantamento de Férias  |  | 150 | 792 |
| Adiantamento de 13° Salários  |  | 2.316 |  - |
| **Total** |  | **2.493** | **792** |

1. **DESPESAS ANTECIPADAS**

Saldo residual de R$ 2.727 apropriados no curto prazo do exercício de 2023, refere-se às assinaturas, anuidades e contratos manutenção de softwares com vigência de 12 meses. Este valor será amortizado ao longo do exercício, de acordo com o princípio de competência.

Curto Prazo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **30/09/2023** | **31/12/2022** |
| Prêmio de seguros  |  | 37 |  182 |
| Assinaturas e anuidades |  | 992 | 997 |
| Provedores de informação |  | 208 | 123 |
| IPTU a apropriar |  | 112 | - |
| Manutenção de software¹ |  | 1.378 | 1.277 |
| **Totais** |  | **2.727** | **2.579** |

¹ Contempla o pagamento ao Cepel no valor de R$ 162 em dezembro referente a manutenção anual dos softwares recebidos em doação.

Longo Prazo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **30/09/2023** | **31/12/2022** |
| Manutenção de Software |  | - | 281 |
| **Totais** |  | **-** | **281** |

1. **DEPÓSITOS JUDICIAIS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **30/09/2023** | **31/12/2022** |
| Tributários (i) |  | 4.075 | 3.928 |
| Trabalhistas (ii) |  | 434 | 310 |
| Cíveis (iii) |  | 167 | 161 |
| **Total** |  | **4.676** | **4.399** |

1. Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R$ 1.888 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de seguridade social nº. 0018936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010. A partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pelo Índice de Correção IPCA-e.
2. Pagamentos de depósitos recursais e encargos processuais. Até outubro/2017 os valores foram atualizados pelo índice do FGTS – TR + 3% ao ano – e a partir desta data pelo índice da Poupança.
3. Refere-se ao pagamento de Depósito Judicial do Processo n. 0043616-49.2017.4.01.3400, referente à multa de rescisão contratual do imóvel de Brasília/DF. Valor atualizado pelo Índice de Correção IPCA-e.
4. **IMOBILIZADO**

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Taxa anual de depreciação** | **Custo** |  | **Depreciação** |  | **30.09.2023** |  | **31.12.2022** |
| **Descrição** | **Corrigido** |  | **Acumulada** |  | **Líquido** |  | **Líquido** |
| Instalações | 10% | 2.400 |  | (659) |  | 1.741 |  | 1.921 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 792 |  | (731) |  | 61 |  | 77 |
| Equipamentos de informática | 20% | 11.709 |  | (7.878) |  | 3.831 |  | 4.644 |
| Móveis e utensílios | 10% | 2.202 |  | (2.027) |  | 175 |  | 189 |
| **Total** |  | **17.103** |  | **(11.295)** |  | **5.808** |  | **6.831** |

A movimentação do período está demonstrada a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2022****Líquido** |  | **Adições** | **Baixas** | **Depreciação** |  | **Baixa de Depreciação** | **30.09.2023** |
| **Descrição** |  |  | **Líquido** |
| Instalações | 1.921 |  | - | - | (180) |  | - | 1.741 |
| Máquinas e equipamentos | 77 |  | - | - | (16) |  | - | 61 |
| Equipamentos de informática | 4.644 |  | 247 |  - | (1.060) |  | - | 3.831 |
| Móveis e utensílios | 189 |  | 16 | - | (30) |  | - | 175 |
| **Total** | **6.831** |  | **263** | **-** | **(1.286)** |  | **-** | **5.808** |

1. **ATIVOS INTANGÍVEIS**

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Taxa anual Amortização** |  **Custo** |  | **Amortização** |  |  **30.09.2023** |  | **31.12.2022** |
| **Descrição** |  **Corrigido** |  | **Acumulada** |  |  **Líquido** |  | **Líquido** |
| Software | 20% | 12.791 |  | (9.747) |  | 3.044 |  | 4.179 |
| **Total** |  | **12.791** |  | **(9.747)** |  | **3.044** |  | **4.179** |

A seguir posição do intangível com a movimentação do período:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2022****Líquido** | **Adições** | **Baixas** | **Amortização** | **Baixa de Amortização** | **30.09.2023 Líquido** |
| **Descrição** |
| Software | 4.179 | - | - | (1.135) | - | 3.044 |
| **Total** | **4.179** | **-** | **-** | **(1.135)** | **-** | **3.044** |

1. **FORNECEDORES NACIONAIS**

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Seu montante de R$ 805 tem como principais fornecedores a serem pagos em outubro de 2023:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Fornecedores |   | 30/09/2023 |
| IHS Informações LTDA  |   | 160 |
| Time Clean Soluções e Serviços |  | 120 |
| MGS Clean Soluções e Serviços |   | 119 |
| Viena Empreendimentos Ltda |  | 84 |
| Agência de Integração Escola Ltda |   | 72 |
| Gartner do Brasil Serviços de Pesquisa |  | 55 |
| Gestão Quantum Centro de Processamento Contabil |  | 30 |
| Informa Markets Ltda |  | 27 |
| IOS Informática, Organização e Sistemas Ltda |  | 20 |
| Brasoftware Informática |  | 18 |
| Exacttus Consultoria Atuarial Ltda |  | 16 |
| Gestão Quantum de Processamento Contábil |  | 15 |
| Windsor ADM. De Hotéis e Serviços |  | 12 |
| Outros |  | 57 |
|  |  | **805** |

1. **OBRIGAÇÕES FISCAIS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **30/09/2023** | **31/12/2022** |
| PIS e COFINS |  | 129 | 98 |
| IRRF s/ salários |  | 1.731 | 858 |
| INSS retido |  | 19 | 30 |
| **Total** |  | **1.879** | **986** |

1. **OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

Os pagamentos das obrigações sociais e trabalhistas, tais como férias, 13º salário e os respectivos encargos incidentes (INSS e FGTS), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **30/09/2023** | **31/12/2022** |
| Salários a pagar |  | 3.316  | 3.297 |
| Provisões de férias, 13° salário e encargos |  | 13.063 | 9.084 |
| Rescisão a pagar |  | - | 11 |
| INSS a recolher |  | 1.252 | 1.314 |
| FGTS a pagar |  | 398 | 608 |
| **Total** |  | **18.029** | **14.314** |

1. **PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e consultores tributários externos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

1. **AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL**

O valor provisionado leva em consideração o valor da condenação indicado na decisão contrária a EPE e não necessariamente o valor da causa.

A decisão de provisionar considera a fase processual das ações judiciais e da própria natureza das demandas (tributária, trabalhista ou cível). Em regra, solicita-se o provisionamento considerando a expectativa da execução do valor devido pela EPE.

Até setembro de 2023 o valor total de provisão de contingência com risco provável de perda é de R$ 11.532, conforme abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | **31/12/2022** | **Atualizações** | **Adições** | **Reversões e Baixas** | **30/09/2023** |
| Trabalhistas | 3.229 | 1.386 | 4 | - | 4.619 |
| Tributárias | 6.634 | 917 | - | (640) | 6.911 |
| Cível | 2 | - | - | - | 2 |
| **Total** | **9.865** | **2.303** | **4** | **(640)** | **11.532** |

**Trabalhistas**

A EPE é ré em reclamações trabalhistas individuais, principalmente relacionadas a diferenças salariais, reintegração com pagamento de salários e danos morais e reversão de justa causa. Constituiu provisão baseada em informações históricas, modelos estatísticos e prognósticos de perda. O valor foi atualizado até 30/09/2023,

conforme cálculos da PLM consultoria e já engloba os honorários de sucumbência. Esse valor é progressivo mês a mês em face do deferimento do pleito de incorporação de gratificação de função.

**Tributárias**

As contingências tributárias referem-se aos processos de ação anulatória de débitos fiscais e autos de infração, relacionados abaixo:

**Processo nº: 04/354158/2008**

Objeto: Lançamento de ISS sobre a contrapartida devida pela EPE em convênios realizados com o Ministério de Minas e Energia com o débito suspenso até o trânsito em julgado. Valor estimado: R$ 2.423.

**Processo nº: 18936-44.2010.4.01.3400**

Objeto: Anular os lançamentos realizados pela RFB decorrentes dos Autos de Infração n. 372001114, 372001122, 372001130, 372001149, 372001157 372001165, 372001173 e 370923740. Discussões acerca: (i) da incidência de contribuições à seguridade social (parte patronal) sobre honorários pagos a Conselheiros (CA e CF) e Diretores; (ii) da incidência de contribuição social sobre auxílio moradia pago a empregados cedidos; (iii) da incidência contribuição à seguridade social sobre honorários de membro do CF vinculado a regime próprio; (iv) das incidências de contribuições ao Sistema "S"; (v) da existência de imunidade recíproca. Valor estimado: R$ 4.075.

**Processos Cíveis**

Refere-se ao processo originado do auto de infração pelo não registro da EPE no CREA/RJ.

1. **AÇÕES COM RISCO DE PERDA POSSÍVEL**

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram constituídas provisões para demandas judiciais e administrativas que tiverem parecer da Consultoria Jurídica da EPE com avaliação de perda como possíveis.

A seguir as ações consideradas como perdas possíveis até a data do fechamento do período:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | **31/12/2022** | **Atualizações** | **Adições** | **Reversões e Baixas** | **30/09/2023** |
| Trabalhistas | 315 | 40 | 13 | (13) | 355 |
| Ambiental | 4 | - | - | (3) | 1 |
| Cíveis | 5.044 | 449 | - | (1.742) | 3.763 |
| Tributárias | 8.676 | 14 | - | (140) | 8.550 |
| **Total** | **14.039** | **515** | **13** | **(1.898)** | **12.669** |

1. **PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR**

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no passivo circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º dia útil do mês subsequente aos descontos e/ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Descrição** |  **30/09/2023** |  **31/12/2022** |
|  A – Contribuições da Patrocinadora | 342  | 336 |
|  B – Contribuições dos Empregados  |  338 | 332 |
| **Total** | **680** | **668** |

1. **CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social da EPE totalmente integralizado pela União correspondente a R$ 31.019 em 30 de setembro de 2023. A última deliberação de aumento de capital ocorreu em 17 de abril de 2023.

1. **ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC**

Em atendimento ao exposto na Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa de Pesquisa Energética – EPE realizada em 20 de abril de 2020, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN representante do acionista, com base no Parecer SEI Nº 6/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Nota Técnica SEI nº 42/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME da Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais – SEST, os recursos orçamentários recebidos em 2023 para fins de investimentos estão registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de acordo com a Macro função SIAFI 021122 (Item 2 da Ata da 4ª AGO).

O total de recursos recebidos para AFAC até setembro de 2023 foi de R$ 246, conforme a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Fonte** | **PF Solicitação** | **Data** | **PF Recebimento** | **Entrada do Recurso** | **Recurso Recebido** |
| 0100000000 | 2023PF000017 | 30/03/2023 | 2023PF000017 | 30/03/2023 | 16 |
| 0100000000 | 2023PF000023 | 25/04/2023 | 2023PF000282 | 26/04/2023 | 12 |
| 0100000000 | 2023PF000033 | 02/08/2023 | 2023PF000519 | 03/08/2023 | 204 |
| 0100000000 | 2023PF000036 | 11/09/2023 | 2023PF000585 | 13/09/2023 | 14 |
| **TOTAL RECEBIDO** | **246** |

Entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998), conforme Macro função SIAFI 021122 - item 2.3.8.

Na 15ª AGE realizada em 17/04/2023 foi aprovada a proposta da administração de aumentar o capital social da companhia de R$ 28.469 para R$ 31.019, mediante a incorporação de recursos recebidos a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R$ 2.550, sem emissão de novas ações, a ser subscrito e integralizado pela União, bem como da subsequente alteração do art. 7º do Estatuto Social, de modo a expressar o novo valor do capital social da companhia nos termos do art. 167 da Lei nº 6.404, de 1976.

1. **PREJUÍZOS ACUMULADOS**

Até o 3º trimestre de 2023, foi apurado um lucro contábil de R$ 1.434, resultando em um prejuízo acumulado de R$ 4.376, conforme quadro abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| (-) Prejuízos acumulados saldo em 31 de dezembro de 2022 | (5.810) |
| Lucro do período | 1.434 |
| (-) Prejuízos acumulados saldo em 30 de junho de 2023 | **(4.376)** |

1. **REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

Em atendimento a CGPAR Nº 30 de 04 de agosto de 2022, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, no exercício de 2022 de acordo com o Plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais– SEST:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Remuneração | Maior | Menor | Média |
| Administradores |  R$ 35 | R$ 12 (\*) | R$ 23 |
| Empregados - Nível Médio |  R$ 32 (\*\*) |  R$ 4 |  R$ 8 |
| Empregados - Nível Superior | R$ 32 (\*\*\*) | R$ 12 (\*\*\*\*) |  R$ 19 |
|  |  |  |  |

(\*) Honorários pagos à Dirigente cedido.

(\*\*) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Função Gratificada.

(\*\*\*) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão.

(\*\*\*\*) Remuneração referente à empregada com redução de carga horária aprovada pela Diretoria Executiva.

Ainda conforme determinação da CGPAR Nº 30 de 04 de agosto de 2022 os quadros abaixo apresentam os valores médios mensais das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, bem como os gastos com benefícios a empregados até 30/09/2023:

|  |  |
| --- | --- |
| **Descrição** | **R$ mil** |
| Remuneração média mensal dos Conselheiros de administração | 19 |
| Remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais | 13 |
| Quantidade de empregados contratados  | 267 |
| Gasto médio com previdência privada | 332 |
| Gasto médio com benefícios a empregados | 440 |

1. **CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **30/09/2023**  |  | **30/09/2022**  |
| **Custos e despesas por função** |  |  |  |  |
| Custos dos serviços prestados |  |  (61.626) |  |  (54.747) |
| Despesas operacionais |  |  (30.586) |  |  (31.175) |
|  |  |  **(92.212)** |  |  **(85.922)** |
|  |  |  |  |  |
| **Custos e despesas por natureza** |  |  |  |  |
| Pessoal (i) |  |  (67.413) |  |  (63.876) |
| Materiais  |  |  (23) |  |  (128) |
| Serviços de Terceiros (ii) |  |  (10.779) |  |  (8.363) |
| Gerais de Funcionamento das instalações (iii) |  |  (7.592) |  |  (6.754) |
| Gerais da Administração (iv) |  |  (5.625) |  |  (5.593) |
| Impostos, Taxas e Contribuições  |  |  (764) |  |  (972) |
| Provisão para contingências |  | (16) |  |  (236) |
| **Total** |  |  **(92.212)** |  |  **(85.922)** |

(i) Incluem as remunerações, representadas por salários (R$ 38.153), provisões de férias (R$ 4.377), abono pecuniário de férias (R$ 488), 13º salário (R$ 3.569), Incorporação Função gratificada – Ordem Judicial (R$ 46), encargos sociais – INSS e FGTS (R$ 13.716), licença maternidade e paternidade – Prorrogação (R$ 171), indenizações trabalhistas (R$ 134) e benefícios - previdência privada, auxílio alimentação, transporte, moradia, creche, assistência médica e vale cultura (R$ 6.759) de todos os empregados da EPE, apropriadas até o mês de setembro/2023.

(ii) Os valores apropriados até setembro/2023, referem-se, aos serviços de consultorias (R$ 3.527), serviços de apoio técnico profissional (R$ 2.117), requisição de pessoal (R$ 238), treinamentos (R$ 1.030), estagiários (R$ 576), serviços prestados por pessoas físicas (R$ 12), processamento de dados (R$ 24), manutenção de equipamentos de informática (R$ 209), serviço fiscal/tributário (R$ 160), despesa com jovem aprendiz (R$ 32), cessão temporária e manutenção de softwares (R$ 2.652), Serviços de Clipping de Multimídia (R$ 36) e despesas com locação de veículos (R$ 166).

(iii) Os custos e despesas contabilizados nestas contas incluem os valores apropriados até setembro/2023, relativos a aluguéis (R$ 2.520), energia elétrica (R$ 639), telecomunicações (R$ 20), depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível (R$ 2.421), Aluguéis de equipamentos (R$ 82), serviços de limpeza e higiene (R$ 570), serviços gerais (R$ 361), condomínio (R$ 954), manutenção e reparos (R$ 23), correios e malotes (R$2).

(iv) Referem-se à honorários da diretoria (R$ 823), honorários conselhos (R$ 284), viagens de empregados a serviço da empresa (R$ 1.690), assinaturas de bancos de dados e portais eletrônicos (R$ 2.572), despesas legais e judiciais (R$ 9), honorários comitê auditoria (R$ 101) e seguro de responsabilidade civil (R$ 146) apropriadas no período de janeiro/23 a setembro/2023.

1. **SUBSÍDIOS DO TESOURO NACIONAL**

O saldo da conta representa os valores liberados pelo Tesouro Nacional, a título de subsídios públicos, com o objetivo de prover recursos para a cobertura dos custos, despesas e investimentos da EPE, na condição de empresa pública dependente e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

1. **REEMBOLSO DE CUSTOS E DESPESAS – LEILÕES ANEEL**

O saldo da conta refere-se aos ressarcimentos dos valores feitos pela ANEEL referentes aos estudos constantes na documentação técnica dos empreendimentos que compõem os lotes do leilão de transmissão.

1. **RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **30/09/2023**  |  | **30/09/2022**  |
| Rendas de Variações Monetárias¹ |  | 487 |  | 940 |
| **Total**  |  | **487** |  | **940** |
|  |  |  |  |  |
| **Despesas financeiras** |  |  |  |  |
| Variações monetárias² |  | (1.664) |  | (803) |
| **Total**  |  | **(1.664)** |  | **(803)** |
|  |  |  |  |  |
| **Resultado financeiro líquido** |  | **(1.177)** |  | **137** |

¹ O saldo da conta representa os valores apurados relativos às receitas com atualização monetária de depósitos judiciais e impostos a recuperar (R$ 482) e descontos obtidos (R$ 5).

² Despesas com atualização monetária sobre provisões para contingência (R$ 1.663) e juros pagos (R$ 1).

1. **APURAÇÃO IRPJ E CSLL**
2. Em 2023 a empresa está enquadrada no regime tributário Lucro Real com Antecipação Mensal por Estimativas conforme apuração abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|   | **30/09/2023** | **30/09/2022** |
|   | **IRPJ** | **CSLL** | **IRPJ** | **CSLL** |
|  Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL | 2.189 | 2.189 |  242 |  242 |
|  Adições | 1.858 | 1.858 | 1.244  | 1.244  |
|  Exclusões | (12) | (12) |  (23) |  (23) |
| **Base de cálculo antes das compensações negativas** | **4.035** | **4.035** | **1.463**  | **1.463**  |
|  |  |  |  |  |
| Alíquota utilizada para cálculo | **15% e 10%** | **9%** | **15% e 10%** | **9%** |
|  Total dos incentivos fiscais | (187) | - |  (163) |  -  |
|   |  |  |   |   |
|  **DESPESA IRPJ/CSLL**  | **501** | **254** | **75**  | **132**  |
|  |  |  |  |  |
|  IRPJ/CSLL pagos por estimativa | (842) | (335) |  (668) |  (268) |
|  |  |  |  |  |
|  **CRÉDITO DE IRPJ/CSLL** | **(341)** | **(81)** |  **(593)** |  **(136)** |

1. Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **30/09/2023** |  | **30/09/2022** |
|  |  |  |  |
| **Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL** | **2.189** |  | **242** |
| Alíquota nominal vigente | 34% |  | 34% |
| **Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes** | **(744)** |  | **(82)** |
|  |  |  |  |
| **Reconciliação para a taxa efetiva** |  |  |  |
| **Adições:** |  |  |  |
| Licença paternidade e maternidade prorrogada | (58) |  | (53) |
| Provisões de processos trabalhistas | (6) |  | (78) |
| Provisão de processos/Variações monetárias | (565) |  | (275) |
| Outras adições | (3) |  | (17) |
| **Exclusões:** |  |  |  |
| Reversão de provisão de processos cíveis | 4 |  | 8 |
| **Lucro real antes compensação de prejuízos fiscais** |  |  |  |
| Compensação base negativa e prejuízo fiscal | 412 |  | 109 |
| **Lucro real após compensação de prejuízos fiscais** |  |  |  |
| Diferença do adicional de 10% | 18 |  | 18 |
| Incentivos fiscais | 187 |  | 163 |
| **Imposto de renda e contribuição social corrente** | **(755)** |  | **(207)** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Alíquota efetiva** | **34,49%** |  | **85,54%** |

1. **PARTES RELACIONADAS**

De acordo com o item 9 do CPC 05, Parte Relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. A Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE (Política e Diretriz nº PDG-COA-012) arrola, em seu item nº 2 (definições), as pessoas físicas e/ou jurídicas que, além da União, devem ser reputadas partes relacionadas à EPE. A referida política também define a transação com parte relacionada como sendo qualquer ajuste de obrigações, por qualquer instrumento ou fundamento, entre a EPE e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado uma contrapartida financeira. Levando-se em consideração este conceito, em cumprimento à obrigação trazida pelo item nº 6.3 da já mencionada política, é possível afirmar que, no 2º Trimestre de 2023, os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, todas celebradas pela EPE, (i) em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE; (ii) com pessoas jurídicas de direito público e privado; (iii) sem cobrança de contrapartida financeira; e (iv) destinados ao desempenho de suas competências, conforme autoriza o § 2º do art. 5º do Estatuto da EPE:

A EPE é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal e efetuada pagamentos de servidores/empregados públicos requisitados, pela EPE, para compor o quadro e de diretores, conselheiros e membros de comitê de auditoria. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro a seguir:

**Quadro 1 – Remuneração do pessoal-chave da administração**

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da Diretoria Executiva e os membros do Conselho de Administração e Fiscal.

O montante registrado (conforme quadro abaixo) é relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário, gratificações e benefícios de curto prazo.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **30/09/2023** | **31/12/2022** |
|  Diretores | 823 | 1.725 |
|  Conselheiros de Administração e Fiscal | 284 | 387 |

**Quadro 2 – Transações com o Estado de São Paulo**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| R$ | **30/09/2023** | **31/12/2022** |
| **Passivo Circulante** |  |  |
|  Ressarcimento a Universidade do Estado de São Paulo - USP | - | 25 |

A EPE possui em seus quadros funcionários cedidos/requisitados/movimentados de/para, outros órgãos da administração pública, de acordo com o decreto 10.835/2021. A EPE não efetua e não recebe ressarcimento de servidores/empregados que os órgãos de origem façam parte do Orçamento Fiscal da União. O quadro abaixo apresenta a quantidade de servidores/empregados cedidos/requisitados:

**Quadro 3 – Servidores/empregados cedidos de outros órgãos para EPE**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **CARGO NA EPE** | **CONDIÇÃO** | **ORGÃO** | **RESSARCIMENTO** |
| Auditor Interno | Requisitado | CGU | Não |
| Assessor de Diretor | Requisitado | STJ | Sim |

**Quadro 4 – Servidores/empregados cedidos da EPE para outros órgãos**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **CARGO NA EPE** | **CONDIÇÃO** | **ORGÃO** | **RESSARCIMENTO** |
| Analista de Pesquisa | Requisitado | MME | Não |
| Analista de Pesquisa | Requisitado | MME | Não |
| Analista de Pesquisa | Requisitado | GSP | Sim |
| Analista de Pesquisa | Requisitado | Eletronuclear | Sim |
| Analista de Pesquisa | Requisitado | CETESB | Sim |
| Analista de Gestão | Movimentado | ANP | Não |
| Analista de Gestão | Movimentado | MPOG | Não |

De acordo com capítulo 3, artigo 17 de seu Estatuto Social possui os seguintes órgãos estatutários remunerados em sua estrutura: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. O Quadro abaixo apresenta a composição dos cargos estatutários ocupados por servidores/funcionários da administração pública:

 **Quadro 5 – Diretores/Conselheiros da Administração Pública**

|  |  |
| --- | --- |
| **CARGO NA EPE** | **ORGÃO** |
| Diretor Presidente e Conselheiro de Administração | Agência Nacional de Energia Elétrica |
| Diretor de Estudos de Petróleo, Gás, e Biocombustíveis – DPG | Agência Nacional do Petróleo |
| Conselheiro de Administração (um) | EPE |
| Conselheiro de Administração (dois) | Ministério de Minas e Energia |
| Conselheiro de Administração (um) | Ministério da Fazenda |
| Conselheiro de Administração (um) | Ministério da Gestão e Inovação |
| Conselheiro Fiscal (dois titulares e dois suplentes) | Ministério de Minas e Energia |
| Conselheiro Fiscal (um titular e um suplente) | Ministério da Fazenda |

**Informações adicionais:**

* Diretores cedidos à EPE: ANEEL e ANP. Nenhum dos dois órgãos recebe ressarcimento. Não há pagamento de INSS nem FGTS.
* Para os conselheiros que possuem cargo estatutário não há recolhimento de INSS, para os demais há recolhimento de INSS.
* Auxílio-moradia: Não há auxílio-moradia para diretores e conselheiros.

**Partes Relacionadas com Pessoa Jurídica**

**Acordos de cooperação técnica**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **​ Convenente** | **Tipo de Relação** | **​Objeto** | **​Vigência** |
| Escola Nacional de Administração Pública - ENAP | Descentralização de Crédito Orçamentário e Financeiro nº 2023NC000001 | Realização de ações de desenvolvimento de curta duração na modalidade remoto voltados aos servidores públicos | 19/04/2023 a 31/12/2023 |
| Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS | Acordo de Cooperação Técnica | Cooperação Técnico-Operacional que entre si celebram a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para fins de intercâmbio de dados e informações e elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições. Fundamento: art. 5º, § 2º, inciso I do Estatuto Social da EPE | 31/08/2023 a 30/08/2028 |
| Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS | Acordo de Cooperação Técnica | Organização do 15º Clean Energy Ministerial (CEM) e 9ª Reunião Ministerial da Mission Innovation (MI) | 16/03/2023 a 16/03/2024 |
| Agência Nacional de Petróleo – ANP | Acordo de Cooperação Técnico-Operacional | Intercâmbio de informações e elaboração de estudos (DPG/GAB) | 11/01/2023 a 10/01/2028 |
| [Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)](https://www.epe.gov.br/sites-pt/acesso-a-informacao/convenios-acordos-de-cooperacao/acordos-de-cooperacao/Documents/PROTOCOLO%20-%20PROTOCOLO%20DE%20INTEN%C3%87%C3%95ES%20-%20APEX.pdf) | Protocolo de intenções | Definição das linhas gerais de colaboração entre as PARTES no desenvolvimento de iniciativas favoráveis a atração de investimentos para adensamento das cadeias produtivas e para projetos de infraestrutura dos setores prioritários. | 09/11/2022 a 09/11/2026 |
| [​Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES](https://www.epe.gov.br/sites-pt/acesso-a-informacao/convenios-acordos-de-cooperacao/acordos-de-cooperacao/Documents/Acordo%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20BNDES-EPE_assinado.pdf) | Acordo de Cooperação Técnica | Estudar a viabilidade de instrumento de transferência de recursos financeiros das empresas de óleo e gás (O&G) para atividades de sequestro e armazenagem de carbono no setor florestal, a título de compensação de emissões de carbono, e o alcance de outros benefícios coletivos relacionados à água, biodiversidade, controle de erosão, equilíbrio do microclima, dentre outros, em consonância com PLANO DE TRABALHO. | 07/07/2021 a 07/01/2023 |
|
|
|
|
| [​Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES](https://www.epe.gov.br/sites-pt/acesso-a-informacao/convenios-acordos-de-cooperacao/acordos-de-cooperacao/Documents/Acordo%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20BNDES%20e%20EPE%20%20e%20Anexos%20Assinado_.pdf) | Acordo de Cooperação Técnica | ​Realização de uma avaliação dos efeitos locais da construção de usinas hidrelétricas. | 27/07/2022 a 27/01/2025 |
|
|
|
|
| [​Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE](https://www.epe.gov.br/sites-pt/acesso-a-informacao/convenios-acordos-de-cooperacao/acordos-de-cooperacao/Documents/Acordo%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20T%C3%A9cnico-Operacional%20CCEE%20%2B%20EPE.pdf) | Acordo de Cooperação Técnico-Operacional | ​Constitui objeto do acordo o estabelecimento de regras entre as partes para fins de: (a) intercâmbio dos dados e informações estritamente necessários ao desenvolvimento das atividades das PARTES; e (b) elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições. | 28/07/2020 a 28/07/2025 |
|
|
|
|
| [​​Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)](https://www.epe.gov.br/sites-pt/acesso-a-informacao/convenios-acordos-de-cooperacao/acordos-de-cooperacao/Documents/ACT%20-%20IBGE%20e%20EPE.pdf) | Acordo de Cooperação Técnica | ​Instituir a cooperação dos partícipes com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das estatísticas econômicas oficiais, visando à compatibilização conceitual das mesmas e à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados objetivando a elaboração das Contas Econômicas Ambientais de Energia do Brasil. | 11/06/2021 a 11/06/2026 |
|
|
|
|
| [​Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil](https://www.epe.gov.br/sites-pt/acesso-a-informacao/convenios-acordos-de-cooperacao/acordos-de-cooperacao/Documents/Acordo%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20-%20FPTI%20x%20EPE.pdf) | Acordo de Cooperação Técnica | ​Acordo de cooperação técnica que tem por objeto estabelecer as diretrizes sob as quais os partícipes, em comum acordo, se propõem a realizar o intercâmbio de conhecimento e elaboração de estudos energéticos sobre o potencial energético e estimativas de viabilidade técnica e econômica no mercado de energia. | 03/09/2021 a 03/09/2025 |

1. **CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO SOCIETÁRIO E O BALANÇO SIAFI**

Em cumprimento ao Acórdão n° 2016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2006, apresentamos a seguir as conciliações dos saldos das contas dos Balanços Patrimoniais registrados de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações com os saldos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade com Lei nº 4.320/64, o DL nº 200/67, e a Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | **Lei 4.320/64** | **Lei 6.404/76** | **Diferença** |
| Ativo Circulante |  46.108  |  46.135  | 27  |
| Ativo Não Circulante |  13.735  | 13.705  |  (30)  |
| **Total do Ativo** |  **59.843**  |  **59.840**  | **(3)**  |
| Passivo Circulante | 20.393  | 21.419  | 1.026 |
| Passivo Não Circulante | 11.118  | 11.532  | 414  |
| Patrimônio Líquido |  28.332  | 26.889  | (1.443) |
| **Total do Passivo e Patrimônio líquido** | **59.843**  | **59.840**  | **(3)**  |

A conciliação apresentou uma diferença no total de R$ 3. Não foi possível o ajuste no SIAFI em razão do prazo de fechamento do sistema ser exíguo para a conciliação entre os encerramentos da contabilidade privada e pública.

As justificativas por grupamento do Balanço Patrimonial estão descritas abaixo:

a) O ativo circulante apresentou uma diferença de R$ 27 conforme demonstrado na tabela abaixo. Adiantamento a Órgãos Federais refere-se a TED enviado a ENAP.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | **Lei 4.320/64** | **Lei 6.404/76** | **Diferença** |
| Adiantamento Concedidos  | 2.466 | 2.493 | (27) |
| **Total** | **2.466** | **2.493** | **(27)** |

b) O ativo não circulante apresentou diferenças líquidas no valor de R$ (30), referente registro na conta software efetuado após o encerramento do SIAFI.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | **Lei 4.320/64** | **Lei 6.404/76** | **Diferença** |
| Intangível | 3.074 | 3.044 | (30) |
| **Total** | **3.074** | **3.044** | **(30)** |

c) O passivo circulante apresentou uma diferença de R$ 1.026, impactada pelos fornecedores, obrigações fiscais e obrigações trabalhistas em função da diferença de critérios. A regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | **Lei 4.320/64** | **Lei 6.404/76** | **Diferença** |
| Fornecedores | 640 | 805 | 165 |
| Obrigações Fiscais/Retenções tributárias | 1.538 | 1.879 | 341 |
| Obrigações Trabalhistas e Sociais/Cessão de pessoal/Previdência privada complementar | 18.215 | 18.735 | 520 |
| **Total** | **20.393** | **21.419** | **1.026** |

d) A variação no passivo não circulante ocorreu em função da inclusão de novas provisões que serão regularizadas no próximo mês.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | **Lei 4.320/64** | **Lei 6.404/76** | **Diferença** |
| Provisões para Contingências | 11.118 | 11.532 | 414 |
| **Total** | **11.118** | **11.532** | **414** |

e) As diferenças no patrimônio líquido estão diretamente relacionadas as informações prestadas nos itens (a), (b) e (c) e deverão ter suas regularizações providenciadas no próximo mês.

1. **SEGUROS**

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

A cobertura de seguros, em valores de 30 de setembro de 2023, é assim demonstrada:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Modalidade**  |  | **Montante cobertura**  |  | **Vigência** |
| Responsabilidade civil  |  |  R$ 195  |  | 31/12/2023 |

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

\*\*\*\*

|  |
| --- |
| **THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO**PresidenteDiretor de Estudos de Energia Elétrica (interino) |
| **GIOVANI VITÓRIA MACHADO**Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais | **HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES**Diretora de Petróleo, Gás e Biocombustíveis |
|  | **ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO** Diretora de Gestão Corporativa SANDRO DA SILVA ABILIO Contador – CRC-RJ 093927/0 |